

## DESAFIOS ENFRENTADOS POR ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO LITERÁRIA

MARIANA ROSSO SCHIMUNECK; MATHEUS RIBEIRO FINETTI<sup>2</sup>; JOÃO VITOR BICALHO MAGALHÃES<sup>3</sup>; ISABEL OLIVEIRA DE OLIVEIRA<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [marianaschimuneck@gmail.com](mailto:marianaschimuneck@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [matheus.finetti@icloud.com](mailto:matheus.finetti@icloud.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [joaovitorbmagalhaes@gmail.com](mailto:joaovitorbmagalhaes@gmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – [isabel.ufpel@gmail.com](mailto:isabel.ufpel@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento neurológico que se caracteriza por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019). Na década de 50, foi reportado que esse era um transtorno muito infrequente, apresentando uma média de 8 pacientes por ano com diagnóstico de autismo (KANMER, 1958). Atualmente, estudos apontam que cerca de 1 em 36 crianças de 8 anos são diagnosticadas com o transtorno (MAENNER, 2020), o que evidencia um aumento expressivo da prevalência do TEA na população. Por se tratar de um espectro, o TEA é assim chamado por poder ser dividido em diversas categorias de manifestação do transtorno, sendo, a mais conhecida delas, a Síndrome de Asperger (SA). A SA se difere, basicamente, do autismo, por não apresentar déficit de linguagem ou cognitivo (FISCHER, 2019).

Em paralelo ao aumento da prevalência, temos um aumento no número de pessoas autistas dentro das universidades. A Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (Lei N° 13.409, 2016) dispõe sobre a reserva de vagas para esse público no ensino superior, com o intuito de garantir a inserção dessas pessoas na comunidade acadêmica. Entretanto, mais do que garantir a inserção, precisamos assegurar que haja uma inclusão efetiva, visando a permanência desses estudantes e a conclusão do curso no tempo adequado. Para atingir tal fim, é imprescindível compreender e combater os desafios que pessoas com TEA enfrentam no ensino superior.

O presente trabalho tem como objetivo identificar, através de uma revisão literária, quais são os principais desafios enfrentados por alunos com TEA no ensino superior. Tal discussão dentro da comunidade acadêmica é essencial para que barreiras possam ser identificadas e combatidas, a fim de que os alunos com TEA consigam aproveitar a graduação da melhor forma possível.

### 2. METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma revisão narrativa com base na literatura científica dos últimos anos a fim de responder a seguinte questão: “Quais são os desafios enfrentados por alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior?”. Para isso, foram utilizadas as plataformas Scielo (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e PubMed. Com o intuito de direcionar a pesquisa, foram selecionados os descritores: “Autismo”, “Desafios educacionais”, “Educação inclusiva”, “Ensino superior”, “Inclusão acadêmica” e “Transtorno do Espectro Autista”, usando o operador booleano “AND”.

Ao realizar a busca nas bases de dados citadas acima, foram encontrados 42 artigos. Após uma análise minuciosa de seus títulos foram excluídos artigos duplicados e aqueles que não atendem ao tema, sendo selecionados 12 artigos. Em seguida foi realizada uma leitura detalhada e foram escolhidos os 5 artigos que eram mais pertinentes e relevantes para o tema que o estudo se propõe a discutir, excluindo aqueles cujos resultados tangenciavam esse propósito.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Superior é um direito assistido pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde o ano de 2006, com as diretrizes estabelecidas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O estado do Espírito Santo (ES), no ano de 2015, encontrava-se com demanda crescente de estudantes com TEA. Entretanto, apenas 1 / 3 dos estudantes com Síndrome de Asperger (ESA) nesse estado se adequavam nos pré-requisitos necessários para fazer um curso superior. Além disso, apenas 1 / 5 deles concluíram os seus estudos na universidade (FISCHER, 2019).

De 2000 em diante, diversos programas governamentais tentaram garantir o ingresso de estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). Entre essas propostas, destacou-se o Programa Incluir, no ano de 2005, o qual teve por objetivo a garantia de acessibilidade dos PAEE ao ensino superior, tanto no âmbito público, quanto no privado. No ano de 2018, um total de 43.633 alunos do PAEE estavam matriculados no Ensino Superior (0,52% do total de alunos). Destes, os estudantes com TEA representavam um total de 3,5% (OLIVEIRA, SANTIAGO & TEIXEIRA, 2022).

Em dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do ano de 2018, em todo o país havia uma quantidade de 754 alunos com TEA matriculados em alguma instituição de ensino superior, dentre um total de 39.855 alunos (1,9%). Todavia, é necessário o entendimento quanto às particularidades dos alunos portadores de TEA, visto que o ingresso em uma universidade confere uma gama de mudanças na vida do estudante, sobretudo aquele portador de necessidades especiais, as quais podem acarretar diversas complicações emocionais e sociais em sua vida. Apesar do desenvolvimento do acesso educacional dessa população, a qualidade desse direito não é seguida proporcionalmente, como seria o esperado, a exemplo da qualificação de professores e de materiais que incluam, de fato, os alunos com TEA na educação superior (ROCHA, FERREIRA-VASQUES & LAMÔNICA, 2018).

As dificuldades de alunos com TEA podem ser explicitadas em algumas categorias conforme o próprio relato de situações presenciadas dentro de uma instituição de ensino superior. Dentre os alunos entrevistados incluídos em um estudo, algumas queixas foram relatadas por todos, tais como: a dificuldade de interação social, a falta de adaptações ao ensino, a presença do mesmo critério de avaliação entre todos os alunos, a barreira informacional. Além disso, falta de concentração, dificuldade em manter relações sociais, brigas, também foram pautas muito levantadas por 4 dos 6 entrevistados (OLIVATI & LEITE, 2019).

Tais dificuldades, tanto na socialização, quanto na avaliação e aprendizagem no meio universitário são fatores que colaboram para, apesar do número crescente de alunos com TEA, muitos deles não concluírem sua graduação (OLIVATI & LEITE, 2017). Entretanto, o meio da pós-graduação aparentemente se apresenta um local mais acolhedor para o estudante com TEA do que o âmbito da graduação. O entrevistado poderia atribuir notas de 1 a 4 em duas categorias: suporte prático

e suporte emocional na graduação e na pós-graduação, respectivamente. Na graduação, o suporte prático recebeu uma nota de 34 dos 76 pontos possíveis (44%); em relação ao suporte emocional, 15 dos 40 totais (37,5%). Na pós-graduação, o suporte prático recebeu uma nota de 66 dos 76 possíveis (86,8%) e, no suporte emocional, 32 dos 40 totais (80%) (OLIVATI & LEITE, 2017). Percebe-se pelos dados a dificuldade de adaptação que ocorre pelo portador de TEA ao ingressar em uma universidade que, visivelmente, não está preparada para suprir as necessidades especiais desse público. Já no âmbito da pós-graduação, os alunos que conseguem ultrapassar essas barreiras sentem-se mais acolhidos e preparados para estudar.

#### 4. CONCLUSÕES

O presente trabalho concluiu que, com o passar dos anos, houve um aumento expressivo do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, o que, de certa forma, ajudou a trabalhar as necessidades de cada indivíduo para uma melhor relação e vivência na sociedade. Por outro lado, tal conhecimento não pareceu contribuir para uma melhor inserção desses indivíduos nas instituições de ensino superior, visto que, como mencionado e explicitado pelo trabalho, ainda existem dificuldades, como pouco suporte social, que, não raramente, os impedem de concluir o nível superior. Isso, contudo, foi menos relatado pelos entrevistados que possuíam TEA e que conseguiram atingir a pós-graduação. Na verdade, a grande diferença que contribuiu para esse fato é que o pós-graduando consegue ter uma maior proximidade com o educador, bem como, com a área de estudo, favorecendo um afloramento de ideias e de capacidades que o instiga a se manter no modo de ensino. Assim, conclui-se que, apesar da inclusão, ainda faltam habilidades das universidades para manter pessoas com TEA dentro do espaço educacional, necessitando, portanto, a aplicação de práticas que façam com que esses indivíduos possam explorar suas capacidades em projetos, para um desenvolvimento tanto no âmbito individual quanto social.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sociedade Brasileira de Pediatria. **Manual de orientação: Transtorno do Espectro Autista**. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento, n.5, p.1, 2019. Acessado em 18 ago. 2023. Online. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/21775c-MO\\_-\\_Transtorno do Espectro do Autismo.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf)

KANNER, L. **The specificity of early infantile autism**. Acta Paedopsychiatrie, 1958.

MAENNER, M.J.; WARREN, Z.; WILLIAMS, A.R. **Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years- Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020**. MMWR Surveillance Summaries, v. 72, n.2, p.6, 2023. Acessado em 18 ago. 2023. Online. Disponível em: [https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s\\_cid=ss7202a1\\_w#suggestedcitation](https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s_cid=ss7202a1_w#suggestedcitation)

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Presidência da República, 2016. Acessado em 18 ago. 2023. Online. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm)

FISCHER, M.L. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.25, n.4, p. 535-552, 2019.

OLIVEIRA, A.F.T.M.; SANTIAGO, C.B.S; TEIXEIRA, R.A.G. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.48, 2022.

OLIVATI, A.G; LEITE, L.P. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos relatos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.25, n.4, p.729-746, 2019.

OLIVATI, A.G; LEITE, L.P. Trajetória acadêmica de um pós-graduando com transtorno do espectro autista. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v.22, n.4, p.609-621, 2017.

ROCHA, E.P; FERREIRA-VASQUES, A.T; LAMÔNICA, D.A.C. **Instrumentos de intervenção curricular para o ensino de aprendizes com o Transtorno do Espectro Autista: revisão integrativa.** Revista CEFAC, [S. L.], v.21, n.2, 2019. Acessado em 26 ago. 2023. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/BBH5X9gqMLtDjWzyrng47dw/?lang=en>